

ABSENTEÍSMO LABORAL E TRANSTORNOS MENTAIS EM TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19¹

Ivam Holanda de Souza
ivam.souza@uscsonline.com.br

Maria Luiza Almeida Bastos
maria.bastos@ifce.edu.br

Eduardo de Camargo Oliva
eduardo.oliva@prof.uscs.edu.br

Palavras-chave: Transtornos mentais. Adoecimento do trabalhador. Absenteísmo laboral.

1. INTRODUÇÃO

O adoecimento do funcionário é a principal causa de ausência ao trabalho em todo o mundo (WYNNE *et al*, 2014). Segundo Santana *et al* (2016), os Transtornos Mentais e Comportamentais - TMC estão entre as principais causas do absenteísmo dos trabalhadores. Silva, Oliveira e Castro (2021) afirmam que o adoecimento do servidor público federal está em crescente nos últimos anos, sendo na maioria das vezes, motivado por agravos relacionados à saúde mental.

Existem diversos fatores que contribuem para o desencadeamento de doenças no serviço público, Nunes e Lins (2009) destacam que fatores como o modelo de gestão hierarquizado, a inatividade do serviço e a relação interpessoal estão ligados diretamente ao índice de absenteísmo laboral. Ainda se acrescenta, a terceirização, as condições de trabalho, as funções acumuladas e as oscilações políticas como importantes fatores pela ineficiência do serviço público (SILVA; OLIVEIRA; CASTRO, 2021; BASTOS, 2018).

Pensando em uma política de saúde voltada para a promoção à saúde, o Governo Federal criou, em 2009, por meio do Decreto 6.833, de 29 de abril, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS. Esse subsistema normatizou os procedimentos entre os diversos órgãos federais e criou um banco de dados das principais doenças (BRASIL, 2009).

¹ Trabalho apresentado no Eixo 2 - Gestão Organizacional do ENGECE, realizado de 25 a 27 de outubro de 2021.

1.1. Pergunta Problema e Objetivo

A questão que norteia esta pesquisa: Como se comporta o absenteísmo laboral em profissionais da educação diante do cenário da covid-19?

O objetivo consiste em descrever o perfil epidemiológico por TMC no Instituto Federal do Ceará-IFCE, por meio do SIASS, no período de 2016 a 2020.

1.2. Justificativa

O trabalho cumpre um papel essencial no dia a dia da maioria da população economicamente ativa. A partir dessa afirmação, é possível entender a importância de um ambiente organizacional saudável e seus impactos na vida dos trabalhadores.

Tendo em vista que a atenção à saúde dos servidores públicos é fator relevante para a Gestão de Pessoas, compreender seu perfil epidemiológico, poderá contribuir para a elaboração de programas institucionais voltados à promoção e prevenção à saúde em sua integralidade, resultando, por conseguinte, em melhores condições de trabalho e na prestação de serviços à altura das demandas da sociedade.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa trata de um estudo descritivo e retrospectivo de abordagem quantitativa, realizado a partir de dados secundários fornecidos pelo SIASS/IFCE, sobre os afastamentos por motivo de saúde, decorrente dos TMC dos servidores públicos ativos lotados no IFCE.

A série se deu a partir de 2016, uma vez que os dados anteriores não eram registrados no SIASS e o ano de 2021 foi excluído porque, ainda não estava com a série de meses completos.

Neste estudo foram analisadas as seguintes variáveis: dias de afastamento, faixa etária dos afastamentos, quantidade de servidores afastados, cargos, sexo e os tipos de TMC, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID -10).

A população do estudo foi composta por 2.714 registros de afastamentos de servidores, Técnicos Administrativos e Professores, cadastrados no SIAPE saúde, no período de 2016 a 2020, que correspondem aos trabalhadores lotados em 33 *Campi*, Reitoria e Polo de Inovação.

A coleta de dados ocorreu na plataforma do SIAPE saúde, no período de julho a agosto de 2021 e foi realizada pelos pesquisadores, seguindo os caminhos: saúde, consulta afastamentos, utilizando os filtros perícia no próprio servidor, CID F.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período pesquisado, foi identificado um total de 2.206 servidores afastados, gerando a quantidade de 70.471 dias perdidos de trabalho por motivo de doença, com duração média de 31,94 dias perdidos por servidor e o Índice de Absenteísmo - IA em média de 10,62% ao ano (Tab. 1) indicando um alto grau de afastamentos do trabalho entre os servidores, o que pode ser um indicativo de problemas nas condições e situações de trabalho. Considerando as recomendações de outros autores que pesquisaram o tema, o índice ora apresentado está muito elevado.

Para o pesquisador Martins e Oliveira (2019), o valor médio de referência do IA aceitável é de 2,7%. De acordo com estudo realizado por Tavares (2021), o índice encontrado foi de 3,08 % em média. Em outro estudo cobrindo a administração pública na Bahia, foi encontrado o índice de absenteísmo de 4,68% (MARTINS; OLIVEIRA, 2019).

Para calcular o índice de absenteísmo – IA, optou-se pela fórmula proposta por Marras (2000) que considera o número de horas perdidas e o número de horas planejadas. Para o referido cálculo foram desconsiderados os afastamentos voluntários como ausências planejadas, a exemplo de férias, licenças e folgas, previstas em lei.

Tabela 1. Índice de absenteísmo calculado para o período de 2016 a 2020.

Ano	Dias Perdidos	Horas Perdidas	N servidores	Horas Planejadas	Índice Absenteísmo
2016	15240	121920	397	952800	12,80
2017	14692	117536	434	1041600	11,28
2018	14580	116640	491	1178400	9,90
2019	17253	138024	555	1332000	10,36
2020	8706	69648	329	789600	8,82
TOTAL	70471	563768	2206	5294400	-
Média	14094,2	112753,6	441,2	1058880	10,63

Fonte: elaborado a partir dos dados do SIASS, 2021

O percentual de afastamentos pelo código F da CID-10, TMC, correspondendo a 28,54% do total, no período de 2016 a 2018, foi superior ao identificado por Bastos *et al* (2018) (23%) na mesma instituição, em 2016. Resultado semelhante foi encontrado por Maciel *et al* (2012) (30,1%) e Silva, Oliveira e Castro (2021) (31,3%). Quando se refere ao total de dias de afastamento, o percentual passa para 40,36%, resultando em longos períodos de absenteísmo laboral por esse tipo de doença.

Analisando os afastamentos por categoria cargo, em média geral 30,11% são professores e 69,89% são TAE, sendo que mais expressivo aparece o cargo de Assistente em Administração. Esses resultados chamam a atenção para uma investigação mais aprofundada uma vez que na literatura não foram encontrados resultados tão díspares.

Verificou-se, entretanto, que todas as variáveis apresentaram tendência de crescimento até 2019 e uma queda abrupta em 2020, na ordem de 43,18% do absenteísmo laboral em comparação com o ano anterior. Dois fatores podem ser citados como excepcional no referido ano: a pandemia da COVID-19 e o fato de 97% dos servidores estarem na modalidade de trabalho remoto. A convivência familiar pode estar atuando beneficentemente na redução do adoecimento mental, sendo necessário pesquisas empíricas para aprofundamento do tema.

Destaque-se que a maior frequência de afastamentos ocorreu na faixa etária entre 31 a 35 anos, tendo como maior relevância o ano de 2019. Na segmentação por sexo, o feminino supera o masculino em média, para o período pesquisado, de 67,6% e 32,4% respectivamente. Em estudos conduzidos por Tavares (2021), também foi encontrado predominância nos afastamentos pelo sexo feminino na ordem de 77,3% dos afastamentos. Essa disparidade nos afastamentos entre os sexos é explicada por Correa e Andrade (2020) por conta da dupla jornada que a mulher exerce, emprego e casa, trazendo uma sobrecarga, deixando-a mais vulnerável ao adoecimento.

Os achados são importantes para a Gestão de Pessoas incluir em seu planejamento de promoção a saúde e prevenção em relação aos contextos estudados, principalmente o mental: Índice de absenteísmo alto que deve gerar ações para minimizar o percentual elevado; CID F responsável pelo maior número de dias de afastamento e o número de TAE afastados 2,32 vezes maior do que dos professores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados reforçam a concepção de saúde mental e trabalho como indissociáveis no aspecto de produtividade e eficiência. Sob essa ótica reforça-se a necessidade de novas estratégias para o enfrentamento do problema, tais como melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, programas de capacitação e atendimento psicossocial, além de estratégias para aqueles trabalhadores que não estão afastados de modo a potencializar a promoção à saúde e a prevenção em relação aos contextos abordados no presente estudo.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. L. A. B. *et al.* Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos de uma instituição de ensino no Ceará, Brasil. **Rev. Brasileira de Medicina do Trabalho**, Fortaleza, v. 16, n. 1 p.53-59, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009**. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

CORREA, Tarciana do Prado, ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho. A saúde do servidor público em Xequê: um olhar para as causas do seu adoecimento. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Junho, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/06/saude-servidor-publico.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MACIEL, Regina Heloisa et al. Afastamentos por transtornos mentais entre professores da rede pública do Estado do Ceará. **O público e o privado**, v. 10, n. 19, jan. jun, p. 167-178, 2012.

MARTINS, Natanael Miranda; DE OLIVEIRA, Luciana Nery. Índice de absenteísmo na administração pública indireta: um estudo em uma estatal de Caetité/BA. **Revista Valore**, v. 4, p. 289-305, 2019.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 2000.

NUNES, Aline Vieira de Lima; LINS, Samuel. Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **RPOT**, v. 9, n. 1, 2009.

SANTANA, Leni de Lima *et al.* Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016.

SILVA, Tiara Cunha Silva; OLIVEIRA, Neilton Araújo de; CASTRO, José Gerley Díaz. Afastamentos por transtornos mentais de servidores públicos de uma instituição federal de ensino. **Revista Cereus**, v. 13, n. 1, 2021.

TAVARES, Eluana Generoso Rosso. **Perfil do absenteísmo dos servidores públicos no município de Balneário Gaivota**. 2021. 64 p. Dissertação (Mestrado profissional em saúde pública) -

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma, 2021.

WYNNE, R. V. D. B. *et al.* Promoting mental health in the workplace: Guidance to implementing a comprehensive approach. **European Commission**, 2014. Disponível em: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid:3bd2c265-0d77-4702-bca3-0e5ef88f80be>. Acesso em: 19 ago. 2021